

TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: UM CAMINHO CONJECTURÁVEL

Ana Luíza de Oliveira Miranda¹
Vera Lúcia Nogueira²

Resumo

O presente estudo é parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE), da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que visa compreender as experiências e perspectivas das trajetórias escolares dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas. Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada por meio de levantamento e revisão de literatura nas bases da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com pesquisas voltadas para as áreas da Educação, Psicologia, Sociologia e Ciências Sociais que discorram sobre as vivências e trajetórias escolares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Ao todo, foram encontradas 53 pesquisas, sendo que, dessas, vinte e duas foram selecionadas para análise aprofundada por apresentar maiores similaridades e coadunam com as abordagens e prováveis reflexões quanto à temática. Segundo a revisão de literatura analisada até o presente momento e experiências empíricas vividas profissionalmente, evidencia-se a existência, exponencial, de um padrão no perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Tais dados indicam possíveis semelhanças entre as trajetórias escolares, por vezes pautadas pela defasagem de aprendizagem, infrequência e evasão escolar, e por fatores socioeconômicos e de estrutura familiar vulneráveis que cercam a vida desses adolescentes. Com os resultados dessa revisão de literatura, espera-se encontrar outras perspectivas, apontamentos, reflexões e vivências que corroborem para a subsidiação teórica e embasamento empírico fundamentais para dar continuidade à pesquisa de mestrado em desenvolvimento e suas potenciais evidências e viabilidades.

Palavras-chave: Revisão de bibliográfica; trajetórias escolares; medidas socioeducativas.

Introdução

As medidas socioeducativas (MSE) são medidas aplicáveis, após devido processo legal, ao adolescente que pratica um ato infracional de 12 a 18 anos. Segundo o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990,

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais – FaE/UEMG, ana.0292879@discente.uemg.br

² Universidade do Estado de Minas Gerais – FaE/UEMG, vera.nogueira@uemg.br

considera-se ato infracional³³ a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Dentre as medidas aplicadas, conforme estabelece o ECA, estão: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990). Sendo o principal marco legal e regulatório que expressa os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reconhece a situação de vulnerabilidade infantojuvenil, o que torna essa população merecedora de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado; que deve atuar mediante políticas públicas e sociais na promoção e defesa de seus direitos.

No que diz respeito às Medidas Socioeducativas, sua regulamentação é compreendida pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O SINASE (2006) que é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei. Conforme previsto no artigo 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), as medidas socioeducativas têm como objetivos,

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (BRASIL, 2012).

Embora a existência do ECA (BRASIL, 1990) e do SINASE (BRASIL, 2006) admita que os direitos individuais e sociais dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas sejam resguardados, verifica-se que a realidade desses adolescentes é marcada por violações e

³ Parágrafo único do art. 2º Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90. Considerando que o ato infracional tenha sido praticado pelos(as) adolescentes antes dos dezoito anos de idade, o cumprimento da medida socioeducativa pode chegar até vinte e um anos, sendo que na data em que o(a) adolescente completa esta idade, a medida socioeducativa deverá ser extinta.

negligências. Diversos são os desafios encontrados na realidade institucional da rede de atendimento socioeducativo, como na fiscalização e monitoramento do cumprimento das medidas, infraestrutura, capacitação profissional da equipe de técnicos, e, no campo educacional, foco desta pesquisa, são encontrados impedimentos na matrícula, inserção escolar e manutenção desses jovens nas escolas da educação básica e/ou projeto pedagógico do programa de internação, conforme previsto no Art. 101, verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, a Medida Protetiva III, que diz respeito à matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental. (BRASIL, 2012).

Ao longo do cumprimento das medidas socioeducativas, são encontradas diversas adversidades para seu atendimento, após dois anos de experiência profissional atuando diretamente no cotidiano de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na Articulação Intersetorial da Diretoria Regional de Educação de Venda Nova, da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), pude compreender que essas adversidades se acumulam ao longo de toda trajetória escolar e de vida desses adolescentes. Nota-se que se trata de um caminho, pode-se dizer, muitas vezes, delineado de forma previsível.

Sendo assim, para compreensão dos aspectos que caracterizam as trajetórias escolares desses adolescentes, levanta-se as seguintes questões: 1) Há alguma relação entre as trajetórias escolares dos adolescentes em cumprimento das MSE? 2) Os contextos social e escolar em que estão inseridos influenciam em suas escolhas de vida? 3) Como garantir que esses adolescentes tenham direito à educação resguardado durante o cumprimento de MSE? 5) Quais as projeções de futuro desses adolescentes em cumprimento de MSE? 6) Há alguma relação entre o perfil dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas?

Como subsídio para responder essas inquietações, foi realizada uma revisão bibliográfica, que visa compreender as contribuições teóricas sobre a temática nas bases da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com pesquisas

voltadas para as áreas da Educação, Psicologia, Sociologia e Ciências Sociais que discorrem sobre as vivências e trajetórias escolares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Ao todo, foram encontradas 53 pesquisas, sendo que, destas, vinte e duas foram selecionadas para análise aprofundada por apresentar maiores similaridades e coadunam com as abordagens e prováveis reflexões quanto à temática. Segundo a revisão de literatura analisada até o presente momento e experiências empíricas vividas profissionalmente, evidencia-se a existência, exponencial, de um padrão no perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Tais dados indicam possíveis semelhanças entre as trajetórias escolares, por vezes pautadas pela defasagem de aprendizagem, infrequência e evasão escolar, e por fatores socioeconômicos e de estrutura familiar vulneráveis que cercam a vida desses adolescentes. Essa pesquisa tem como objetivo colaborar para a construção de espaços de discussões e promoção de ações que contribuam para reflexão quanto ao desenvolvimento de políticas públicas educacionais e sociais que garantam e resguardem efetivamente o direito desses adolescentes à educação, muitas vezes violados pelo Estado e pela sociedade, ao longo de sua trajetória escolar, além de corroborar para a subsidiação teórica e embasamento empírico para dar continuidade à pesquisa de mestrado em desenvolvimento e suas potenciais evidências e viabilidades.

Desenvolvimento

Para a realização da revisão bibliográfica foram utilizados os seguintes descritores: Medidas Socioeducativas; Adolescentes; Trajetórias Escolares. Para melhor aproveitamento da pesquisa e estreitamento das linhas teóricas que pudessem se relacionar com o objeto de estudo da presente pesquisa, foram adotados alguns critérios de exclusão, como: pesquisas com foco mais amplo quanto às MSE; narrativas sobre as vivências dos educadores das MSE; práticas pedagógicas, didática; recortes de gênero; legislação e marcos legais. Foram, também, adotados como critérios de inclusão: pesquisas com abordagem quanto às trajetórias escolares e perfil dos adolescentes em cumprimentos de medida socioeducativa de privação de liberdade e meio aberto; políticas públicas; reinserção escolar. Nesse contexto, foram selecionadas três pesquisas na ANPED, oito pesquisas na CAPES, uma pesquisa na ENDIPE e dez pesquisas na BDTD, totalizando 22 pesquisas que se enquadram nos critérios de inclusão. Entre os trabalhos

selecionados, foram encontrados diferentes tipos de pesquisa (Tabela 1), áreas do conhecimento (Tabela 2), conforme apontam as tabelas a seguir:

Tabela 1: Tipo de pesquisa identificadas nas bases consultadas (2003-2022)

TIPO DE PESQUISA	QUANTIDADE
ARTIGO/PERIÓDICO	04
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	14
TESE DE DOUTORADO	04

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2: Área de conhecimento das pesquisas identificadas nas bases consultadas (2003-2020)

ÁREA DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE
EDUCAÇÃO	13
PSICOLOGIA	06
SOCIOLOGIA	01
CIÊNCIAS SOCIAIS	01
SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	01

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, foram analisados alguns aspectos que auxiliam na compreensão do contexto histórico, temporal e social importantes para desenvolvimento das pesquisas. Entre eles, o ano de publicação das pesquisas selecionadas, não sendo definido recorte temporal como critério de inclusão ou exclusão, entretanto cabe ressaltar que as pesquisas selecionadas se encontram dentro de recorte temporal dos anos de 2003 a 2020 (Tabela 3), e o recorte quanto ao tipo cumprimento de medida socioeducativa dos adolescentes participantes das pesquisas (Tabela 4), levando a desdobramentos de pesquisas, reflexões e realidades distintas, tornando assim as pesquisas compatíveis, porém, singulares. Vejamos:

Tabela 3: Recorte temporal das pesquisas identificadas nas bases consultados (2003-2020)

ANO DE PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE	ANO DE PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE
2003	01	2016	03
2010	02	2017	05

2011	01	2018	02
2012	03	2019	03
2015	01	2020	01

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4: Tipo de cumprimento de medida socioeducativa das pesquisas identificadas nas bases consultados (2003-2020)

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	QUANTIDADE
MEIO ABERTO – LIBERDADE ASSISTIDA	10
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE - INTERNAÇÃO	09
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E LIBERDADE ASSISTIDA	03

Fonte: Elaboração própria.

Entre as instituições e a autoria (Tabela 5) das pesquisas identificadas nas bases estão:

Tabela 5: Autoria e instituição das pesquisas identificadas nas bases (2003-2020)

AUTORIA	INSTITUIÇÃO	AUTORIA	INSTITUIÇÃO
ÁGUIDO	PUC-MG	HERNANDEZ et al.	CUML
BARROS	UERJ	JESUS	UFF
BANDEIRA	UNIARA	LIMA	UFPR
BEZERRA	UNIFESP	MACHADO	UFSP
BORBA	UFSCAR	MONTEIRO	UFPA
CALADO	USP	OLIVEIRA	UNIR
COUTO	UFG	SANTOS	UEL
EVANGELISTA	UNB	SILVA	UFMG
FREITAS et al.	UFPA	SILVA	UFPB
GODOI	UFF	SILVA	UNB
HACHEM	UFMG	SOUZA	UNB

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de todos os aspectos acima serem importantes para a seleção das pesquisas para a realização da revisão bibliográfica, o ponto chave para se chegar à compreensão e aos resultados esperados da revisão bibliográfica foi a categorização conforme abordagem temática utilizada nas pesquisas selecionadas (Tabela 6). As abordagens temáticas foram categorizadas da seguinte

maneira:

Tabela 6: Abordagens das pesquisas identificadas nas bases consultados (2003-2020)

ABORDAGEM TEMÁTICA	QUANTIDADE
REINserÇÃO ESCOLAR	09
TRAJETÓRIAS ESCOLARES	09
POLÍTICAS PÚBLICAS	02
PROJEÇÕES FUTURAS	01
PERFIL	01

Fonte: Elaboração própria

Para destrincharmos as pesquisas selecionadas, categorizamos em cinco abordagens temáticas, sendo elas: reinserção escolar; trajetórias escolares; políticas públicas; perfil; projeções futuras. Após a categorização, elencamos todas as pesquisas de uma mesma abordagem temática para atribuir a cada uma das categorias suas similaridades, discordâncias e pontos chave que perpassam as pesquisas analisadas.

Medidas socioeducativas e reinserção escolar

A reinserção escolar dos adolescentes em cumprimento de MSE é um dos pontos-chave da socioeducação. Por meio dela, de acordo com Oliveira (2011), é possível apontar ações pedagógicas que oportunizem ao adolescente a capacidade de superar a situação de exclusão, ressignificar e formar novos valores para participação da vida social. Porém, as dificuldades em meio à reinserção escolar desses adolescentes são recorrentes no cotidiano da socioeducação, onde o direito à educação, na prática, ainda está sendo violado (BANDEIRA, 2016).

Para Bezerra (2019), existe nas escolas uma cultura que pode impedir a integração dos alunos em cumprimento de MSE na dinâmica escolar. Vale ressaltar a existência de alguns motivos pelos quais esses adolescentes se afastam da escola, nesse ponto de vista, fica evidenciado que a indisciplina, a não aprendizagem, as reprovações e a não adaptação no sistema seriado correspondem entre outros fatores aos diversos motivos que levam o jovem a se distanciar da escola (COUTO, 2017). Nessa mesma direção, Lima (2019) e Oliveira (2011) abordam que as

trajetórias escolares são marcadas por processos de conflitos, defasagem idade-série, transferências intra e extraescolares e evasão escolar.

O retorno escolar é um ponto nevrálgico na execução da medida socioeducativa (SANTOS, 2016), sendo obrigatório e uma medida protetiva⁴. De acordo com Barros (2015), a maioria dos adolescentes em cumprimento de MSE declararam não frequentar a escola antes de ingressar na unidade socioeducativa, o que ressalta a importância dessas unidades para a reinserção escolar desses adolescentes. Entretanto, o que se vê é a sua execução pautada por uma lógica de punição, distante da dimensão educativa. Não distante da realidade da liberdade assistida, a reinserção escolar em contextos de privação liberdade também aponta uma expressiva quantidade de adolescentes com elevados índices de evasão escolar. Com isso, se torna evidente que

a adoção de medidas mais adequadas de escolarização nos estabelecimentos, além de uma proposta pedagógica consolidada que possibilite ao jovem ter condições favoráveis que possibilite, ao sair da internação, ter garantida uma reinserção social real, parece ser um grande problema. (FREITAS *et al*, 2016 p. 5).

Ademais, conforme expressa Lima (2019), as instituições de cumprimento de medidas socioeducativas não dispõem de propostas de atendimento diferenciado aos adolescentes. Algumas produções discutem esses mesmos desafios com os adolescentes em liberdade assistida, como o caso de Bezerra (2019), que busca indicar respostas às manifestações de resistência à aceitação dos jovens em liberdade assistida no ambiente escolar. Cabe ressaltar a relevância da atuação conjunta de uma rede de apoio a esses sujeitos, a fim de assegurar o seu direito a reinserção e permanência escolar, e, todavia, mesmo que inexistentes, a ausência dessa rede de apoio não justifica, tampouco valida, qualquer processo de exclusão e/ou discriminação no ambiente escolar (BEZERRA, 2019, p. 120). Nessa esfera, são criados aspectos discriminatórios desses adolescentes em relação aos demais, aspectos esses que

se relacionam às questões de violência, pobreza, punição, vigilância, conflitos e de desvalorização, vinculando-se o pertencimento desses adolescentes a determinado território/localização, fatores que geram tensões nas relações escola, adolescente e comunidade. (BANDEIRA, 2016, p. 37).

⁴ Artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

De modo geral, as pesquisas dialogam e apresentam considerações semelhantes quanto ao enfrentamento dos desafios que permeiam a reinserção escolar dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, dentre os seus pontos em comum, de que o retorno à instituição escolar passa a ser visto como um grande desafio (COUTO, 2017). Nesse sentido, destaca-se Silva (2020) ao apontar a existência de uma lacuna a ser preenchida ao se refletir sobre estratégias de conexão entre experiência escolar e ações socioeducativas de maneira que estas possam impulsionar a criação de novas possibilidades de trajetória de vida (SILVA, 2020). Em síntese, a dinâmica de significação da vivência escolar desses adolescentes traz características sociais e individuais que, em articulação, compõem a teia de significados construída por esses sujeitos, que devem ser privilegiadas e potencializadas.

Trajetórias escolares dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

As trajetórias escolares dos adolescentes em cumprimento de MSE são mais complexas do que se pode supor. Silva (2013) indica que o adolescente em cumprimento de MSE pode até demonstrar gosto pela escola, mas tem muita insegurança quanto a sua capacidade de aprendizagem. Há uma relação umbilical entre o processo de escolarização e os adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas, conforme evidencia Silva (2013), existe uma relação entre a evasão da escola, por expulsão ou abandono, e a apreensão do adolescente em cumprimento MSE. Ao pesquisar sobre as trajetórias escolares de adolescentes em cumprimento de MSE, Borba (2012) ressalta que esses adolescentes, de forma geral, convivem com a experiência de insucesso, desde cedo, desde sua entrada no sistema educacional. Trata-se de uma relação complexa, que se relaciona com os diversos contextos que envolvem toda a vida desses adolescentes, assim, é importante que a escola se aproprie desses contextos, de modo a abrigar as diferentes interfaces por quais perpassam as experiências escolares: a família, a comunidade, a vulnerabilidade e violência, a relação com o tráfico, a vivência infracional, a medida socioeducativa, a vida e a própria morte (GODOI, 2017). Há adolescentes que apresentam trajetórias de desencontros, que não se sentem reconhecidos pelos professores e organização escolar em sua hierarquia, o que gera conflitos, evasão e outras lutas na busca pelo reconhecimento ou autenticidade. (CALADO, 2010, p.44). Resumidamente, uma consideração a ser destacada como base de reflexão é a da existência de uma

cultura escolar que demonstra direcionar as expectativas e práticas escolares enraizadas na equipe gestora e de professores, para com alunos e pais, que submetem às suas participações, de acordo com as normas e regras regimentais no interior da instituição de ensino, em forma de uma exclusão sutil, com uma participação tutelada, no prevalecer de modos e conteúdos pedagógicos, da clientela a que se propõe atender – das camadas sociais com níveis socioeconômicos mais elevados. (BANDEIRA, 2016, p. 109).

Em sua pesquisa, Evangelista (2018) busca compreender as marcas deixadas por essas relações captando alguns relatos desses adolescentes, em um deles o adolescente expressa o seu sentimento com relação a escola, dizendo: “Na escola e para ela, contudo, eu era um erro, um estorvo. Tão intensa era minha emoção para com a Escola que a emparelhei com situações que me lembravam do momento de ir para a escola, o que ainda hoje me causam mal-estar.” (EVANGELISTA, 2018). Por isso, é importante que esses contextos sejam levados em conta. Para isso, conforme destaca Jesus (2017), é necessário compreender as questões vivenciadas por esses sujeitos, como forma de auxiliar a reflexão sobre as suas trajetórias escolares e suas implicações na sua trajetória de vida.

Sobre o papel das escolas, Godoi (2017) assinala a importância que a escola também exerça, para além do ensino instrumentalizado, o seu papel protetivo, enquanto espaço de acolhimento que favoreça novas vivências educativas e no qual estes jovens possam desenvolver suas potencialidades que, muitas vezes, são ignoradas e criminalizadas. Desse modo, pensando de forma otimista, pode-se alterar a forma como esses adolescentes enxergam a escola, deixando de serem vistas como um espaço de experiências negativas. Assim, como refere Monteiro (2010),

as atividades educativas na escola deveriam ser um atrativo para os educandos, para que se sintam realmente sujeitos que fazem parte da história, que possuem uma identidade, que estão situados no e para o mundo, construtores que são de significados tantos científicos, como os do senso comum, tão importantes para a formação do indivíduo. (MONTEIRO, 2010, p. 53).

Também, nesse contexto, é possível identificar no processo novas vivências educativas alguns aspectos pessoais, como

a presença de autoestima e autoeficácia elevada, fatores que podem ser valorizados para superar dificuldades evidenciadas com relação aos aspectos escolares, envolvendo principalmente o número elevado de reprovações e expulsões. (MACHADO, 2018 p. 65-66).

As pesquisas analisadas, realizadas no âmbito das trajetórias escolares dos adolescentes em cumprimento de MSE, trazem uma reflexão quanto à importância de se compreender as relações entre educandos e a escola, especialmente, aqueles em cumprimento de MSE. A compreensão dessas relações podem ser importantes ferramentas para construção de uma novo olhar e uma nova relação entre esses sujeitos e a sua escolarização, por meio, segundo Souza (2017), de atividades pedagógicas que proporcionem o contato dos sujeitos com a sua própria trajetória de vida, rompendo a lógica institucional da transmissão acrítica de conteúdos, sem uma relação com a experiência concreta que os circundam.

Políticas públicas e medidas socioeducativas

Todos os indivíduos são sujeitos direitos. Porém, se tratando das trajetórias de vida dos adolescentes em cumprimento de MSE, compreende-se que se tratam de indivíduos com históricos complexos de privação de políticas públicas de garantia de direitos, proteção e promoção social. Atribuições essas de responsabilidade do Estado. Contudo, no que diz respeito a essa responsabilidade, o Estado não prioriza investimentos nas questões sociais, o que acarreta uma enorme discrepância entre a legislação e a execução das políticas públicas (SILVA, 2017).

No âmbito das políticas públicas, o processo de responsabilização do adolescente é aplicado de forma punitiva, sendo ele o único responsável por seu sucesso ou fracasso. Entretanto, conforme aponta Silva (2017), tal perspectiva oculta o papel das instituições, bem como as fragilidades das políticas públicas, da articulação com a rede de proteção e das condições sociais em que esses adolescentes estão inseridos. A escola é uma dessas instituições fundamentais para a efetivação da socialização e inserção social desses adolescentes, escola esta que é a representação da atuação do Estado na vida desses adolescentes diante do processo de escolarização. Dentro desse ponto de vista, os adolescentes colocam o processo de escolarização como porta de entrada para o mundo do trabalho e nesse depositam a possibilidade de terem ascensão a um futuro melhor (HERNANDEZ; DAVID, 2012), mas para que isso ocorra, é necessário que as políticas públicas no atendimento das medidas socioeducativas sejam aplicadas de forma a colaborar positivamente para o seu processo de escolarização, além exercer na vida desses adolescentes papel importante para a efetivação e garantia dos direitos (HERNANDEZ; DAVID, 2012). No que diz respeito à educação, os adolescentes em

cumprimento de MSE enfrentam dificuldades de serem incluídos na escola e nela permanecerem. Para mudança dessa perspectiva, alguns pontos são apontados por Hernandez e David (2012) para viabilizar melhores condições de execução das políticas públicas das MSE, como ações em rede que favorecessem a ampliação de condições de acesso e permanência às instituições escolares, até propostas de intervenções que contribuíssem para a formação permanente dos profissionais da educação. Segundo as autoras, isso proporcionaria o enfrentamento das situações percebidas e colaboraria para a resolução dos problemas referentes à escolarização (HERNANDEZ; DAVID, 2012) e efetividade das políticas públicas no cumprimento das medidas socioeducativas.

Perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Pesquisar sobre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nos leva a pensar quanto ao perfil desses adolescentes. Quem são? De onde vieram? Como são suas relações familiares, sociais e escolares? Quais circunstâncias os levaram ao cumprimento das MSE? Essas são algumas entre muitas outras questões que, muitas vezes, passam despercebidas. Em sua pesquisa, Águido (2019) busca traçar um novo olhar sobre as narrativas, o curso de vida e os relatos biográficos de adolescentes, de ambos os sexos, em cumprimento de medidas socioeducativas, com a finalidade de identificar e compreender os possíveis processos que os levaram a cometer o ato infracional e as percepções e sentimentos desses adolescentes com suas experiências e a para com a sociedade.

Nesse ponto de vista, apesar de apresentarem suas singularidades ao longo de suas vivências, Águido (2019) pôde identificar semelhanças latentes na vivência desses adolescentes, nos âmbitos sociais, escolares, familiares e econômicos, sendo possível refletir quanto a definição de um perfil desses adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Além disso, muitos desses adolescentes estavam inseridos em contextos ligados à criminalidade, que juntamente com a falta de oportunidade e políticas públicas que assegurem seus direitos, mostrou que é mais suscetível que esses adolescentes tracem seus percursos de vida em meio à criminalidade. De modo geral, a construção do curso de vida dos adolescentes a partir de seus relatos biográficos mostra como as trajetórias e também as vidas dos sujeitos estão conectadas (ÁGUIDO, 2019, p. 207).

Projeções futuras e os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

As expectativas quanto às projeções futuras dos adolescentes em cumprimento de MSE estão fortemente associadas às suas trajetórias de vida, trajetórias essas marcadas pela pobreza, abandono escolar e alta defasagem idade-série, corroborando com a estigmatização do adolescente (HACHEM, 2012). Sendo assim, o passado do adolescente tem grande influência nas projeções feitas para o futuro desses adolescentes. Para mudar essa perspectiva é necessário possibilitar novas aspirações e oportunidades a esses adolescentes. Apesar de muitos desses adolescentes estarem inseridos em meio a experiências negativas ao longo de sua formação, eles, diferentemente dos profissionais que cercam o cumprimento das MSE, demonstram mais otimismo em relação ao futuro, contando especialmente com a ajuda de familiares para seu sucesso (HACHEM, 2012). Além disso, ainda na perspectiva dos adolescentes, conforme aponta Hachem (2012), a escolarização é vista como uma importante vivência para um futuro melhor, entretanto, não acreditam que o que é oferecido seja suficiente para as suas ambições sejam alcançadas, principalmente por não se sentirem em adequação ao *habitus* escolar, processo social recente na vida de grande parte dos adolescentes. Compreender esses fatores, auxilia na forma como as projeções futuras desses adolescente são vistas e como podem ser alcançadas de forma proveitosa.

Conclusão

Com base no exposto, este trabalho buscou apresentar um diálogo entre as diversas temáticas que perpassam as medidas socioeducativas, integrando entre: reinserção escolar, trajetórias escolares, políticas públicas, perfil e projeções futuras. Por fim, pode-se afirmar que dentre as suas similaridades estão os apontamentos de que as trajetórias escolares – e de vida – de grande parte dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é perpassada por contextos e experiências de violações, vulnerabilidade e vínculos fragilizados, sendo possível identificar um perfil por meio das semelhanças latentes na vivência desses adolescentes, nos âmbitos sociais, escolares, familiares e econômicos. Contextos esses que se dão desde a infância e os acompanham em todo o seu processo de escolarização. Tais experiências, criam novos desafios durante a reinserção escolar desses adolescentes em cumprimento de MSE, criando

aspectos discriminatórios desses adolescentes em relação aos demais educandos. Apesar do acesso à educação ser um direito fundamental, as lacunas e fragilidades das políticas públicas, da articulação com a rede de proteção e das condições sociais em que esses adolescentes estão inseridos são alguns dos fatores que impossibilitam a execução e assecuração desse direito.

Apesar das dificuldades e da relação conturbada desses adolescentes com a escolarização, muitos deles ainda enxergam na educação a possibilidade de mudança e novas perspectivas para o futuro. Pensar em formas de escolarização desses adolescentes de modo que se suas identidades e individualidades sejam respeitadas e legitimadas, com ações pedagógicas que oportunizem ao adolescente a capacidade de superar a situação de exclusão, ressignificar e formar novos valores para participação da vida social auxilia na forma como as projeções futuras desses adolescente são vistas e como podem ser alcançadas a partir dessas novas perspectivas.

Referências

ÁGUIDO, C. M. S. **Vida e lida de adolescentes com trajetória infracional**: biografias necessárias, percursos possíveis. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BARROS, A. M. **Escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação**: estudo bibliográfico. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BANDEIRA, V. N. **Adolescente em liberdade assistida**: análise quanto às dificuldades de (re)inserção na rede regular de ensino público em um município do interior paulista. 2016. Dissertação (Mestrado em Processos de Ensino, Gestão e Inovação) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2016.

BEZERRA, V. S. **A escola pública e o jovem em liberdade assistida**: possibilidades e interdições. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

BORBA, P. L. O. **Juventude marcada**: relações entre ato infracional e a escola pública em São Carlos – SP. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 25 set. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº. 8.069.** Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art112. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº. 12.594.** Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/conanda/sinase_integra.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

CALADO, V. A. **Escolarização, gênero e conflito com a lei:** um estudo de registros de atendimento a adolescentes em medida socioeducativa. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COUTO, D. C. P. **A relação do jovem em conflito com a lei e a instituição escolar:** entraves, possibilidades e consequências. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

EVANGELISTA, M. G. C. **Ato infracional e laço social:** o lugar da família, da escola e da comunidade. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

FREITAS, R. C. F. SILVA, G. COSTA, C. G. S. **O “retrato” da realidade de jovens em conflito com a lei no Brasil:** o que revelam os dados. XVIII ENDIPE: Didática e Prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira. 2016. Disponível em: <http://docplayer.com.br/131728988-Xviii-endipe-didatica-e-pratica-de-ensino-no-contexto-politico-contemporaneo-cenas-da-educacao-brasileira.html>. Acesso em: 25 set. 2022.

GODOI, R. S. **Jovens do sistema socioeducativo:** singularidades, percursos biográficos e experiências de escolarização. 38ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT03_1095.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

HACHEM, Z. I. **Entre muros:** as expectativas e aspirações educacionais em torno de adolescentes em conflito com a lei cumprindo a medida socioeducativa de internação em Minas Gerais. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2012.

HERNANDEZ, L. H. A. DAVID, A. **A educação escolar de adolescentes em liberdade assistida:** um estudo sobre a política pública adotada em Ribeirão Preto/SP. 35ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. 2012. Disponível

em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-1672_int.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

JESUS, I. M. **O papel da escola nas trajetórias de adolescentes privados de liberdade no estado do Rio de Janeiro**. 38ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/poster_38anped_2017_GT03_73.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

LIMA, F. V. **Socioeducandos na EJA: sujeitos invisíveis nos tempos e espaços escolares**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2019

MACHADO, J. C. **Trajетórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: aspectos pessoais e contextuais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

MONTEIRO, R. F. **Adolescentes em conflito com a lei: memórias e trajetórias de vivências na escola**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

OLIVEIRA, E. S. **Escolarização de adolescentes em conflito com a lei: um estudo em Rondônia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2011.

SANTOS, E. C. S. **O lugar da escola para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto: expressões de direitos, de resistências e de re-conhecimentos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

SILVA, C. A. **Trajетórias de jovens em conflito com a lei em cumprimento das medidas socioeducativas, em Belo Horizonte**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

SILVA, E. B. F. L. **Trajетórias de acesso às políticas públicas: juventude e medidas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, V. R. B. **Dinâmicas de significação e vivência escolar de adolescentes em medida socioeducativa**. 2020. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SOUZA, C. **“A gente nasceu bandido e vai morrer bandido”? trajetórias de criminalização e escolarização de adolescentes privados de liberdade**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.